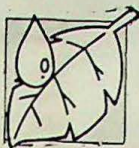


Ibama apresenta o documento para a conferência de 92



Relatório preliminar sobre meio ambiente no país foi feito por 70 consultores

O presidente do Ibama, César Pirajá Júnior, apresentou ontem à imprensa o documento preliminar oficial, elaborado pelo governo federal, visando à Conferência Nacional das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, (Cnumad) que se realizará de 1º a 12 de outubro de 92, no Rio de Janeiro. O documento servirá de base para o Relatório Nacional do Brasil, que conterá informações sobre a atual situação ambiental do país.

O documento, que ainda pode ser modificado, foi elaborado em 60 dias por cerca de 70 consultores, entre técnicos e cientistas de diversas áreas. No próximo dia 8, o Ibama realizará uma audiência pública preliminar, no auditório da Secretaria dos Transportes e Comunicações, das 9 às 17h30. O objetivo é que entidades e pessoas inscritas apresentem sugestões contribuindo para a elaboração do relatório nacional.

Análise — No dia 9, acontecerá em Brasília a audiência nacional. A comissão de coordenação de preparação do relatório, presidida pelo secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberg, analisará as propostas encaminhadas pelo Ibama, após as audiências regionais. O encontro nacional será transmitido, ao vivo, pela TV Educativa, das 9 às 11h.

O documento contém seis capítulos principais subdivididos em oito itens cada um. Os dez temas abordados foram definidos pela própria Organização das Nações

Unidas (ONU) considerando questões referentes ao meio ambiente e desenvolvimento. Segundo o presidente do Ibama, órgão coordenador da elaboração do relatório, o documento não discute questões particulares de cada estado brasileiro. "Se o assunto é mata, costa atlântica ou poluição industrial, a Bahia está inscrita. Mas o documento não se refere a questões específicas do estado", esclareceu.

Rio 92 — A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) será a mais importante realizada nos últimos 20 anos. A primeira conferência sobre o assunto aconteceu em 72, em Estocolmo. Os organizadores do evento prevêem, para o próximo ano, a participação de 170 delegações governamentais com a presença de 70 chefes de Estado ou governo, 50 delegações intergovernamentais (FMI, Unesco e outras), 500 organizações não-governamentais (Greenpeace, entre outros), 1.500 a dois mil jornalistas, oito mil participantes estrangeiros e dois mil brasileiros, o que totaliza de dez a 15 mil pessoas.

O objetivo da ONU, ao realizar a conferência é elaborar uma "Carta da Terra" contendo princípios básicos de comportamento dos povos em relação ao meio ambiente e desenvolvimento. A ONU pretende, também, realizar duas convenções internacionais sobre mudanças climáticas e diversidade biológica e ainda elaborar um plano de ação, chamado Agenda 21, com metas universais para o século XXI.

Infra-estrutura deficiente

O Ibama continua desestruturado para a fiscalização das áreas de preservação ambiental na Bahia. O total de 225 funcionários do órgão no estado representa apenas 16% do quadro de servidores do Nordeste. Em contrapartida a Bahia, com 566 mil quilômetros quadrados de território, representa 46% da região.

Segundo o presidente do órgão, César Pirajá, o estado tem a menor infra-estrutura do Nordeste, considerando a extensão a ser fiscalizada. O Rio Grande do Norte, por exemplo, tem 53.100 quilômetros quadrados de área e 228 funcionários, três a mais que a Bahia. "É quase impossível fiscalizar com eficiência levando em conta esta falta de infra-estrutura", argumenta Pirajá.

Chapada — Devido à precariedade do órgão, áreas como a Chapada Diamantina e o oeste do estado estão completamente desguarnecidas, facilitando a ação dos devastadores. O presidente do Ibama pretende criar três unidades e remanejar funcionários de outros postos para fiscalizar o estado. César Pirajá admite que atualmente a fiscalização é quase inexistente em áreas importantes como a Estação Ecológica Raso da Catarina, no município de Rodelas. É lá o habitat natural da Ararinha Azul, animal em extinção.

Em áreas que possuem unidades

do Ibama, o número de funcionários é insuficiente para fazer uma fiscalização eficiente. Na reserva Biológica de Una, área com cerca de seis mil hectares habitat natural do mico-leão-da-cara-dourada, trabalham apenas 12 fiscais. Nesta região, entretanto, o Ibama conta com o apoio de entidades internacionais como o Fundo Mundial para a Vida Silvestre.

Áreas de preservação — A Bahia tem como área de preservação ambiental uma estação ecológica (Raso da Catarina), três parques nacionais (Parque Marinho de Abrolhos, Parque Histórico Monte Pascoal e Parque Nacional da Chapada Diamantina) e uma reserva biológica (Una). Para melhor preservar esses locais, César Pirajá solicitou a transferência para o Ibama de 50 funcionários que estão em disponibilidade.

Ele também pretende suprir as deficiências do órgão elaborando projetos de educação ambiental para enganjar a comunidade na defesa da natureza. Pirajá acrescenta que vai firmar convênios com a Polícia Florestal e Secretaria da Agricultura para criar meios de proibir e punir os desmatamentos. O Ibama deve ainda firmar convênio com o Centro de Recursos Ambientais (CRA) visando a uma cooperação técnica entre os órgãos na análise de projetos ambientais.

Seminário debate projeto de emissário para o Pólo

Ambientalistas, cientistas e técnicos participaram ontem de um seminário, na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde foi discutido o novo sistema de controle ambiental para tratamento e disposição oceânica dos efluentes do Pólo Petroquímico de Camaçari. Um dos pontos principais do encontro foi a palestra do engenheiro Francisco Fontes Lima, diretor técnico da Central de Tratamento de Efluentes Líquidos (Cetrel) apresentando o projeto de construção do maior emissário submarino da América Latina, que permitirá a recuperação do Rio Jacuipe, além da expansão das indústrias do Pólo.

Durante 12 anos, o Rio Jacuipe — considerado fonte de subsistência para as populações de Camaçari e adjacências — recebeu esgotos industriais ou efluentes líquidos do Pólo Petroquímico. Segundo o engenheiro, a solução

encontrada para garantir a preservação ambiental viabilizando ao mesmo tempo a ampliação do Pólo foi a construção de um emissário submarino, que depositará os efluentes industriais a uma distância de cinco quilômetros da praia, numa profundidade de 25 metros.

Lençol freático — Além de garantir a recuperação do rio, Fontes Lima assegura que o emissário protegerá uma extensa faixa de lençol freático que atravessa a região do Pólo, porque este sistema de disposição oceânica impede a infiltração de efluentes em águas subterrâneas. Segundo ele o emissário estará operando totalmente a partir do primeiro trimestre de 1992 e, para isso, foram investidos inicialmente US\$70 milhões, financiados pelas indústrias do Pólo Petroquímico de Camaçari.

FMT
BIBLIOTECA
Correio da Bahia
Data: 31.07.91
Qui 31.07.91
Assunto:
1
Meio Ambiente
800-92